

Sujeito-leitor e a charge: uma concepção discursiva

Clóris Maria Freire Dorow*

Resumo: O presente trabalho busca analisar a posição do sujeito-leitor ao interpretar uma charge, sendo necessário considerar condições vigentes de produção, somando-se a um contexto sócio-histórico, que devem ser observados no processo de interpretação. Numa primeira análise, podem-se considerar duas posições-sujeito: o sujeito-autor, sob a ótica da posição-sujeito à qual pertence, resgata do interdiscurso enunciados já-ditos e cria um efeito-texto, isto é, imprime ao texto uma estrutura de início, meio e fim. É esse texto que será lido e interpretado pelo sujeito-leitor, que é a outra posição-sujeito constatada. Assim, a leitura é gerada pelo ambiente social deste sujeito-leitor, que também é influenciado pela ideologia que o constitui. Para interpretar o texto, é preciso a interdependência com outras leituras e de um conhecimento ou não do contexto sócio-histórico no qual o texto foi criado. Portanto, para interpretar, o sujeito-leitor vai recompor o texto, salientando a heterogeneidade constitutiva do discurso, e nesta reorganização vai edificar um novo texto, ao mesmo tempo em que gera novos sentidos.

Palavras-chave: Sujeito-leitor. Charge. Discurso. Leitura.

Introdução

A vinculação entre a imagem e o texto verbal apresentada nas charges caracteriza um importante recurso para relacionar estudos sobre

* Doutoranda em Letras, área de Linguística Aplicada, pela UCPEL; Diretora de Ensino do Instituto Federal Sul-rio-grandense- Campus Pelotas.

R. Língua & Literatura	Frederico Westphalen	v. 12	n. 19	p. 11-26	Dez. 2010. Recebido em: 03 dez. 2010 Aprovado em: 20 dez. 2010
------------------------	----------------------	-------	-------	----------	---

a leitura e a interpretação, pois as linguagens utilizadas possibilitam um tempo mínimo para a leitura e emitem informações variadas ocasionando humor por meio de circunstâncias do dia a dia, trazendo ao leitor um momento de alegria e de divertimento. Porém, para perceber o seu sentido, precisa-se adquirir uma percepção da realidade circundante sobre o tema apresentado na charge, para apreender seu teor de criticidade.

Tendo como parâmetro o fator hilário, e divertido, as charges desvendam, por meio de um discurso, ilusoriamente desprovido de consequências, o cotidiano da vida social, interrogando valores e supostas verdades estabelecidas, propiciando ao leitor indagações sobre regras e leis presentes na sociedade. Assim é o outro que possibilita a edificação da imagem que se possui do mundo e da própria pessoa. Logo, a compreensão do discurso tornar-se-á uma atividade capaz de representar identidades através de uma ideologia explicitada.

Assim, a charge é, atualmente, um fator importante na formação de identidades, pois veicula cotidianamente mensagens de rápida leitura e que também são lúdicas, por isso é bastante buscada pelo leitor, trazendo em seu discurso um jogo de vozes dialógicas. Essa diversidade de vozes se opõe e suscita o riso. O chargista explicita sobre uma determinada ideia e também deixa claro seu posicionamento sobre o acontecimento, usando de uma interpretação para parodiar um mundo, que se torna hilário pela alteração de valores sociais .

Ao se ler uma charge, pode-se vislumbrar muito mais uma reflexão sobre um fato do que um juízo crítico. Também constata-se que, como todo o texto, apresenta uma multiplicidade de outros discursos. Então, todo discurso é considerado heterogêneo, pois inúmeras vozes nele se fazem ouvir.

Logo, são os posicionamentos teóricos da Análise do Discurso (AD) que poderão tornar possível um olhar que vai além, buscando o implícito e o que não está dito, mas está se fazendo vislumbrar na análise do texto. Considerando estes aspectos, selecionou-se um trabalho com charge, realizado com alunos de primeiro ano do PROEJA, para analisar os discursos explícitos e implícitos, que não são percebidos quando o sujeito-leitor não possui conhecimentos do contexto social, espacial e temporal em que a charge está inserida. Mas, para isto, é necessário abordar alguns pressupostos teóricos.

1 Pressupostos teóricos

1.1 Forma-sujeito em Pêcheux

O preceito que embasa a AD é de que o sujeito não é a fonte do dizer. Ao contrário disso, entende que esse sujeito é assujeitado por algo que não lhe é inerente, mas que "vem de fora", isto é, refere-se a um sujeito assujeitado a um "exterior", concebido aqui como a ideologia.

Isso significa dizer que, ao voltar-se para o exterior", a AD busca explicitar como, por meio do linguístico contemplado por essa "exterioridade", um discurso, inscrito em condições sócio-históricas de produção determinadas, mantém uma relação com a ideologia.

Pode-se dizer que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. A produção do dizer efetua-se a partir da interpretação do sujeito pela ideologia. Constatando a premissa de que a ideologia e o inconsciente são "estruturas funcionamentos", M. Pêcheux diz que seu traço comum é o de mascarar sua existência no âmago de seu próprio funcionamento, produzindo evidências "subjetivas" (nas quais se constitui o sujeito).

Assim, a evidência do sujeito - a de que somos sempre já sujeitos - desconsidera que o homem é "interpelado" em sujeito pela ideologia. Para Orlandi, esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia (1999, p. 46).

Pêcheux retoma de Althusser, autor de "Aparelhos Ideológicos de Estado" (AIE), a noção de assujeitamento, explicando mais claramente essa relação sujeito/ideologia. Nessa obra, o autor vislumbra a ideologia como prática de sujeitos em relação com os AIE e pensa a ideologia como uma "relação imaginária dos indivíduos com as relações reais sob os quais eles vivem" (ALTHUSSER, 1985, p. 88). Estabelece, assim, uma relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e a ideologia (no sentido marxista).

As concepções reducionistas de ideologia, que relegam o aspecto material, são criticadas por Althusser, pois tais noções levariam à construção de um sujeito "ideal", ou seja, de "um sujeito dotado de uma consciência onde livremente ele formula as ideias em que crê" (Ibidem, p. 90), isto é, um sujeito capaz de se conduzir em suas opções.

O vocábulo *livremente* aparece grifado contrapondo a ideia do

autor, pois para ele, o efeito da ideologia é contrário, isto é, "impor" (sem parecer fazê-lo) as evidências como evidências (Ibidem, p. 94). Desta forma, o sujeito ilude-se, pensando "ser livre", autor de seu discurso e com responsabilidade plena de seus atos. A essa concepção idealista de sujeito, o autor contrapõe uma outra, a de um sujeito desprovido de liberdade, de um sujeito assujeitado pela ideologia e que se identifica com ela ("sou eu o autor, é sobre mim que estão comentando").

O funcionamento da ideologia é explicitado por Althusser, através de uma metáfora, corroborando que *ela funciona como um espelho*, onde os sujeitos contemplam sua própria imagem. Esse espelho é duplamente especular, ou seja, o funcionamento da ideologia engloba um Sujeito ("s" maiúsculo), que é o centro, o lugar único e que os sujeitos ("s" minúsculo) devem se assujeitar. Constitui-se, assim, um relacionamento, por um lado, entre os sujeitos e, por outro, entre os sujeitos e o Sujeito. Assim, o "indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, (livremente) sua submissão" (Ibidem, p. 104).

É evidente que existe uma incoerência no interior do sujeito: "não sendo nem totalmente livre, nem totalmente submetido, o espaço de sua contradição é tenso" (ORLANDI, et al., 1988). Isto é, o sujeito é interpelado pela ideologia e, simultaneamente, ocupa um lugar que é apenas seu na formação discursiva que o determina e com sua individualidade histórica: "Cada sujeito é assujeitado no universal como singular 'insubstituível'" (PÊCHEUX, 1975, p. 156). Pêcheux denomina "forma-sujeito" a identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui. Isto é, a forma-sujeito constitui-se no sujeito afetado pela interpelação ideológica ou o sujeito comprometido pela ideologia.

Assim como o sujeito só existe através do discurso (segundo Courtine, 1981, não há sujeito do discurso, mas diferentes posições do sujeito), também o sentido metamorfoseia-se, imerso nas diferentes formações discursivas. Portanto, o sentido concebido apenas pelo uso, historicamente, e o discurso como o produto de sentido entre locutores ocupando perspectivas diferenciadas. Pêcheux coloca isso da seguinte forma:

Se uma palavra, expressão, proposição podem
receber sentidos diferentes [...] conforme refiram a tal ou

tal formação discursivo é porque [...] elas não têm um sentido que lhes seria "próprio" enquanto ligado à sua literalidade, mas seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que entretêm com outras palavras, expressões proposições da mesma formação discursiva (1975, p. 145).

Para ter a ilusão de ser o dono do seu discurso o sujeito, segundo Pêcheux, cria dois tipos de realidades discursivas ilusórias: o esquecimento nº 2 que consiste nas opções que o sujeito faz ao falar, na rede de sintagmas e paradigmas pelos quais opta inconscientemente, produzindo enunciados que parecem únicos e originais. É a chamada ilusão referencial, constitui-se num esquecimento parcial, semi-consciente. E o esquecimento nº 1, denominado esquecimento ideológico que se situa no inconsciente e é de natureza ideológica. Neste esquecimento, o sujeito tem a quimera de achar-se fonte do seu discurso e não mero receptor de ideias e sentidos pré-existentes. Assim, o sujeito ludibria-se de que ele é o criador absoluto do seu discurso.

Esta seria uma "ilusão necessária", construtora do sujeito, pois concebe um sujeito estigmatizado pela ideia de unidade, centro, origem. Mas a AD discorda desta ideia ilusória e retoma a noção de dispersão do sujeito (FOUCAULT, 1969), ao reconhecer o desdobramento de papéis, segundo as diversas posições que o sujeito ocupa dentro de um mesmo texto. Assim, existe uma heterogeneidade que se encontra no discurso e que é criada pela dispersão do sujeito.

Para a Análise de Discurso (AD) o discurso será considerado como um feixe de significações. Corroborando tal concepção, Orlandi o conceitua como sendo

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem a idéia de curso, de percurso, de correr, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando [...] (1999, p. 15).

Portanto, caracterizam-se como discurso, os enunciados gerados em uma determinada interação verbal, em que os sujeitos apresentam-se seguindo um padrão de suas posições sociais e ideológicas. Desta maneira, os discursos metamorfoseiam-se periodicamente, pois são

moldados pelo meio no qual se produzem.

Por isso, é interessante observar a posição de Possenti (2001) ao dizer que "[...] o discurso é um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia, que se materializa através da língua [...]". Em outras palavras, o discurso necessita da língua para se tornar concreto, para simbolizar. Assim, o discurso é corporificado pela língua, e é através dela que ele adquire vida, concretude. Porém, o sentido do discurso não está acorrentado à língua, fato que pode ser enfatizado no texto de Fernandes:

Inicialmente, podemos afirmar que o discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter um existência material. Com isso, dizemos que discurso implica exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas (2007, p. 18).

Conclui-se, então, que para analisar um discurso não basta apenas a materialidade lingüística, mas outros fatores como as condições sociais nas quais ele se produziu. Diante disso, é preciso analisar a produção de sentidos, complementando-se harmonicamente em um determinado dizer, pois um mesmo discurso pode apresentar diversificados sentidos, dependendo do lugar em que é produzido, da ideologia à qual o sujeito que o pronunciou está filiado e das condições em que se deu esta produção.

Pêcheux propõe em sua obra, que, um trabalho de leitura, visto sob esta ótica, conduz ao inconcebível, dualmente: pensar de forma explícita o concebível para desvelar o inconcebível, em outras palavras, colocar regras no sistema e no intradiscurso e eliminar a homogeneidade fictícia dos mesmos. Portanto, lega ao leitor uma incumbência: fazer uma leitura na qual "o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido daquilo que lê" (1981, p. 53).

1.2 Heterogeneidade da enunciação

Authier-Revuz explicita algumas formas de heterogeneidade que denunciam a presença do outro: a heterogeneidade mostrada e a

heterogeneidade constitutiva. Denomina de heterogeneidade mostrada a que é linguisticamente descritível - discurso relatado: discurso indireto e discurso direto; - forma marcada de conotação autonímica: aspas, itálico, comentário, glosa, etc., agindo como "marcas de uma atividade de controle - regulação do processo de comunicação" (1982, p. 50).

A heterogeneidade mostrada opõe-se à homogeneidade do discurso inscrevendo, registrando-se uma duplicidade de indicações: a linearidade da cadeia vê-se ocupada por discursos de estatutos diferenciados, propiciando uma alteridade. A forma desta alteridade pode ser visível ou não no contexto do fragmento mencionado. Esta pode estar explícita, remetendo para um outro ato de enunciação, ou estar implícita, quando as aspas e o itálico não estão glosados.

São sinais de heterogeneidade, segundo Authier, imiscuindo-se na cadeia do discurso em enunciação: uma outra língua; um outro registro discursivo, um outro discurso (técnico, feminista, moralista, do senso comum, etc.), uma outra modalidade de consideração de sentido, um outro, o interlocutor. "A dupla designação de um fragmento outro e da alteridade a que remete constitui, por diferença, uma dupla afirmação do um" (1990, p. 31).

Estas formas preconizam uma exterior da diferenciada, inserindo, simultaneamente, um exterior em relação ao qual se fundamenta o discurso: aquela do enunciado, instrumentalizando-o para se expressar distanciado de sua língua e de seu discurso, num posicionamento impassível de observador.

Existem, segundo a autora, formas mais intrincadas, nas quais o outro não está evidenciado por traços unívocos na frase - o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, imitação, etc., não mais no âmbito da "transparência", da evidência exibida ou falada, mas no nível do implícito, do sugerido, do semiencoberto. Isto é, não existe uma partição linguística clara, visível entre o ditado locutor e o do outro, as vozes se misturam nos horizontes de uma só construção linguística.

Essas formas marcadas, passíveis de serem descritas linguisticamente, que marcam o outro e desvelam, indicam a heterogeneidade no exterior discursivo estão fundamentadas numa lei que é básica ao próprio âmago da linguagem: a sua heterogeneidade constitutiva.

Authier-Revuz utiliza, como sustentáculo para discernir a

articulação da realidade das formas de heterogeneidade mostrada no discurso com a realidade da heterogeneidade constitutiva do discursivo, o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise, sob a ótica lacaniana de Freud, duas teorias não-linguísticas.

É o princípio do dialogismo, expondo o lugar que o autor atribui ao outro no discurso que interessa, primordialmente, à autora, enquanto, na psicanálise que a aguça, o que importa é o estudo sobre um sujeito criado pela linguagem, estruturalmente clivado pelo inconsciente.

A dialogização do discurso possui dois paradigmas, segundo Bakhtin: um direcionado para os "outros discursos" como formas constitutivas do discurso, outra direcionada para o destinatário, o outro da interlocução:

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica [...] (BAKHTIN, 1975, p. 100).

A interlocução é um aspecto relacionado à dialogização do discurso, pois possui o direcionamento para o destinatário, isto é, "toda enunciação depende 'bivocalmente' do locutor e do alocutário". Ao pronunciar-se, o locutor funda um diálogo com o discurso do receptor, formulando-o, não como simples decodificador, mas como um elemento alvo, legando-lhe uma concepção de contradiscurso. Para Bakhtin, "constituindo-se na atmosfera do 'já dito', o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica ainda não-dita, mas solicitada e já prevista" (1975, p. 103).

Segundo o pensamento de Authier-Revuz sobre o posicionamento teórico de Bakhtin, a definição de subjetividade não pode estar centrada num Ego enquanto ser único e origem onipotente de sua palavra, mas num sujeito que se fragmenta, partícula de um universo histórico-social no qual interage com outros discursos dos quais se torna dono ou ante os quais toma posição (ou é posicionado) para elaborar o seu dizer.

Essa postura teórica, em relação ao acontecimento discursivo, é reiterada por Pêcheux, quando escreve que "o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória" (1990, p.

17).

Assim, interpretar é como um jogo em que as peças têm de ser desmontadas para depois serem colocadas em lugar devido, isto é, consiste em desestabilizar o que parece pronto, instigando o aparecimento de um novo vir a ser, com a chance de ordenar, novamente, as ideias presentes na memória, que se torna elemento indispensável nesse processo de possibilidades de sentido, suscitando o aparecimento de novos sentidos.

Da mesma maneira, Orlandi, ao falar sobre o gesto de interpretação, aponta para a seguinte ideia: tornar evidente a forma como um objeto simbólico redundante em sentidos, demonstrando que o sentido pode ser outro. E mais uma vez Pêcheux pode ser citado, em uma ideia que se soma a da autora: "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro" (1988).

Assim, a leitura, sob a perspectiva da AD, é considerada como uma forma não subjetiva da subjetividade, portanto, o sujeito-leitor é considerado sob a interpelação da ideologia e inserindo-se nas formações discursivas veiculadas pelo texto.

As múltiplas leituras, os variados efeitos de sentido presentes e capazes de emergir em uma formação discursiva, são passíveis de se tornarem realidade porque o sujeito-leitor comunga com uma ou outra formação. E este pode ser chamado de efeito leitor, segundo a AD. Isto é, existe no discurso um espaço em branco a ser ocupado pelo sujeito-leitor.

Ainda, segundo Indursky, o sujeito-leitor também é um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma formação discursiva e vai, a partir de seu lugar social, de sua posição-sujeito, produzir sua leitura/interpretação. A interação do leitor com o texto, ou seja, a construção de sentidos vai depender de outras leituras e de um conhecimento ou não, do contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico no qual o texto foi produzido e/ou está sendo veiculado. Portanto, a prática discursiva da leitura vai ocorrer à luz da memória discursiva, pois o sujeito vai desconstruir e reconstruir o texto à medida que faz inferências, produz subentendidos e reconhece textos já lidos no corpo do novo texto (2001, p. 27).

Pêcheux, quando aborda o aspecto leitor, reflete sobre a posição deste, nesse processo e sobre seus modos de leitura. A expressão

escolhida por ele, para caracterizar esta forma de comportamento do leitor, diante de um texto para ser lido e interpretado, é *gestos de leitura*.

Análise do corpus

Foram trabalhadas duas charges em uma turma de alunos do primeiro ano de PROEJA, que, na maioria, passaram muitos anos longe dos bancos escolares, sem realizar leituras. O trabalho efetivou-se, em 2009, logo após um período em que o Instituto Federal - Campus Pelotas, estabeleceu um período de suspensão das aulas por causa da gripe suína, que causou mortes e inúmeras cogitações assustadoras.

Como o assunto estava sendo extremamente explorado nos meios de comunicação, a professora aplicou o trabalho, confiando em duas prerrogativas: que os alunos poderiam fazer uma relação da charge com um fato social recém acontecido e que todos conheciam a história dos "Três Porquinhos". Assim, duas charges foram apresentadas à turma:



Figura 1: Charge 1

Na charge 1, a resposta esperada pela professora, para a interpretação da charge, é que chegou o dia da vingança dos porquinhos, pois na história infantil eles só vencem o Lobo Mau quando constroem uma casa de tijolos que não pode ser derrubada por seu inimigo cuja pretensão é torná-los sua refeição.

Como os porquinhos seriam os "supostos transmissores" da gripe suína, nome mais divulgado da doença, eles contaminariam o Lobo. A observação da imagem traria subsídios que comprovam a gripe das personagens da charge: nariz correndo, a interjeição "snif" significando o resfolar dos porquinhos, com o nariz entupido por secreções virais.

Outro fator, a ser levado em consideração pelo leitor, são as palavras contidas no balão que simboliza a voz de um deles: *Agora o Lobo vai ver quem é mau...* Corroborando, através do silêncio das reticências, subentende-se que a vingança seria devastadora, acabando com o Lobo e suas ameaças constantes à vida dos porquinhos. Além disto, a palavra "mau" remete à personagem da história tradicional: o Lobo Mau. Haveria uma inversão de qualidade, o Lobo não seria mais o mau, adjetivo que passaria a classificar os porquinhos e a devastadora doença que eles podiam espalhar.

Mas o sujeito leitor, levando em conta seu contexto e suas visões de mundo, interpretou o texto, na maioria, com outros sentidos.

Leitores A - Os porquinhos estão chorando e prometendo vingança para um Lobo Mau que os ameaçou, desde os tempos da história infantil.

Leitores B - Dois Porquinhos estão alegres porque não apanharam, mas estão fingindo chorar para acompanhar seu amigo, em quem um Lobo deve ter batido. Ele está furioso e prometendo vingar-se. Provavelmente, os amigos o ajudarão.

Leitor C - Realmente, moro para fora, e é um perigo deixar os porquinhos que compramos, com sacrifício, sem proteção das raposas, que são como o Lobo Mau da charge ou da história, que eu ouvi quando pequeno, a da Chapeuzinho Vermelho e a Vovozinha.

Os leitores A souberam ligar a história infantil ouvida ou lida pelos pais ou por eles mesmos para seus filhos, mas não souberam relacionar a charge com um fato atual: a gripe suína, interpretando o barulho de nariz entupido e escorrendo como um choro.

Os leitores B não conhecem a história dos Três Porquinhos e também interpretaram como choro a gripe dos Porquinhos, mas observaram que dois porquinhos parecem estar mais tranquilos do que aquele que está falando.

O leitor C interpretou a história, relacionando-a com um problema que o aflige e que faz parte de seu mundo: a fome das raposas ameaça a vida de sua criação de porcos e ele faz uma relação equivocada com

outra história de Lobo Mau: a do Chapeuzinho Vermelho.

Percebe-se que não basta o professor pensar que os alunos terão uma determinada interpretação do texto, pois são visões diferenciadas, mundos diferenciados, formações discursivas diferenciadas. Os significados do texto, um espaço em branco para o leitor, foi completado com os significados de mundo dos leitores, suas experiências, os discursos ouvidos, seu inconsciente.

A concepção da professora, de que todos os alunos tinham conhecimento da história infantil que servia de matriz de sentido para a compreensão da charge, foi equivocada. A falta de leitura e de estudo por longo tempo, também serviu como fator para a ausência de relações com o fato atual.

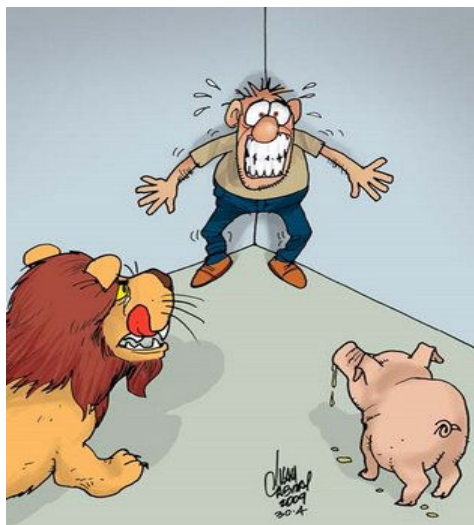


Figura 2: Charge 2

Na charge 2, a interpretação esperada pela professora é a de que o homem está mais temeroso em relação à aproximação do porco, que está com o nariz escorrendo, portanto é transmissor da gripe suína, do que em relação à proximidade do leão que apresenta sinais de fome, evidenciados em seu olhar de predador e no movimento da língua. Pode entender-se como um leão animal, caçador inveterado e carnívoro, ou o

leão do imposto de renda, que se constitui no pesadelo de todo o contribuinte.

Leitores A - O homem, mesmo com medo do leão, está olhando para o porquinho porque gosta de carne suína.

Leitores B - O leão está faminto e vai pegar o homem e depois o porquinho. Seu dono está mais preocupado com a morte de seu animalzinho do que com a atitude ameaçadora que o leão manifesta.

Leitor C - O leão do imposto de renda, além de tirar o dinheiro do contribuinte, pode ainda arrecadar seus bens, no caso o porquinho, já aconteceu isso com um tio meu.

Leitores D - O porquinho é tão amigo de seu dono que não está preocupado com o leão e sua fome insaciável, está chorando porque seu dono vai ser devorado. E o homem o fita, tentando pedir socorro.

Nesta charge nenhum dos alunos fez a relação do porco com a gripe suína. Os leitores A fizeram uma relação equivocada da expressão de terror do homem, interpretaram-na como uma expressão de fome.

Os leitores B viram a expressão do homem, ao olhar o porquinho, como uma expressão de preocupação.

O leitor D interpretou a charge, relacionando-a com o imposto de renda e citando uma vivência pessoal para explicar o discurso imagético da charge. Interpretou o olhar do homem para o porquinho como uma perda.

Os leitores D interpretaram a coriza do porquinho como um choro, tendo como motivo a morte iminente de seu patrão que o olha, pedindo ajuda. Consideraram o olhar de horror do homem para o porquinho, como um pedido de socorro.

A professora não trabalhou com os alunos, preparando-os para observar com atenção a imagem da charge, que não continha imagem verbal. Além disso, também contou com a proximidade do fato social ocorrido, a gripe suína, pensando que os alunos fariam imediatamente uma relação com a ameaçadora epidemia.

Considerações finais

Para concluir, pode-se dizer que o não-dito, isto é, o que está implícito na charge, só se revela por meio do contexto, que, ao emergir, tem o papel de um elemento do dito. Assim, o "implícito é o não-dito que

se define em relação ao dizer" (2008, p. 57).

Logo, para interpretar e entender o discurso, como objeto simbólico e histórico que gera sentido, é necessário atentar e ter conhecimento de sua regularidade; perceber os acontecimentos que se desenrolaram no decorrer do discurso; é preciso visualizá-lo no instante em que ocorre; percebê-lo em seu próprio âmbito de surgimento, na combinação de fatores em que vai se presentificar; entender o processo histórico e ideológico em que se concretizou a produção de acontecimentos, ou seja, o momento histórico que propiciou o surgimento do discurso, verbal ou imagético.

Portanto, sobre os ditos e os não-ditos que concorrem para os processos discursivos da charge, ainda existem muitos gestos implícitos a serem abordados, entendidos, revelados. Por serem textos heterogêneos, são textos articulados e influenciados por outras e inúmeras formações discursivas e ideológicas.

Neste deslocamento de interpretação, deve-se buscar, com constância, o conhecimento da exterioridade pelo modo como os sentidos são visualizados no texto, na sua discursividade; é imprescindível que se persista em buscar um espaço que está além daquilo que está no texto, que cala por meio do não-dito, mas que pode ser vislumbrado discursivamente.

Desse modo, deixando de lado a seguridade aparente do dito e buscando o implícito, é necessário considerar a língua como fator capaz de sustentar falhas, erros, equívocos e a ideologia "como constitutiva do sujeito empírico que é, necessariamente, sujeito efeito de sentido, agente de práticas sociais no processo histórico, sujeito na história" (PÊCHEUX, 1997).

Portanto, sempre que o teor histórico entrelaçar-se com a linguagem, surgirá a rede de comunicação entre os homens, resultando em inúmeros discursos já ditos e por dizer, num percurso interminável de vozes dialógicas que formam a história dos sujeitos.

Abstract: This paper seeks to analyze the position of the subject-reader as he/she interprets a cartoon. In the interpretation process it is necessary to consider the prevailing production conditions and the socio-historical context. Firstly, two subject-positions can be considered: 1) the subject-author- under the perspective of the position to which he/she belongs,

he/she gets what has already been said from the interdiscourse and creates a text-effect, i.e., structures the text into a beginning, middle and end; 2) the subject-reader, who reads and interprets this text. Thus, reading is generated by the social environment of this subject-reader, which is also influenced by the ideology that constitutes him/her. In order to interpret a text, interdependence with other readings is necessary, as well as the knowledge (or not) of the socio-historical context in which the text was created. Therefore, in order to interpret, the subject-reader will restore a text, stressing the constitutive heterogeneity of the discourse, and this reorganization will generate a new text, while at the same time it creates new meanings.

Keywords: Subject-reader. Charge. Speech. Reading.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. DRLAV, n. 26, p. 91-151, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 19. Campinas: EdUNICAMP, jul./dez., 1990.

_____. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, São Paulo: EdUNICAMP, 1998.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, B. S. (Orgs). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 28-41.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes/EdUNICAMP, 1989.

_____. *Termos-chave da análise de discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, UNICAMP, 1988.

_____. Ouverture du colloque. In: COLLOQUE MATÉRIALITÉS DISCURSIVES, avril 1980. Université Paris X - Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

_____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: EdUnicamp, 1997.

_____. La frontière absente (un bilan). In: COLLOQUE MATÉRIALITÉS DISCURSIVES, avril 1980. Université Paris X - Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

POSSENTI, S. Sobre leitura: o que diz a análise do discurso. In: MARINHO, M. (Org.). *Ler e navegar*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p. 19-30.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.